



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
DIREÇÃO MUNICIPAL DE HIGIENE URBANA

**Concurso Público**

**n.º 45/CP/DA/DCP/2024**

**Aquisição de Contentores para Deposição de Resíduos Urbanos**

**CADERNO DE ENCARGOS**



---

**CADERNO DE ENCARGOS****ÍNDICE**

---

<b>PARTE I - CLÁUSULAS GERAIS .....</b>	<b>4</b>
<b>Capítulo I – Disposições Gerais .....</b>	<b>4</b>
<b>Cláusula 1.ª Objeto .....</b>	<b>4</b>
<b>Cláusula 2.ª Preço base .....</b>	<b>4</b>
<b>Cláusula 3.ª Contrato .....</b>	<b>4</b>
<b>Cláusula 4.ª Relação contratual .....</b>	<b>5</b>
<b>Cláusula 5.ª Vigência do contrato .....</b>	<b>5</b>
<b>Capítulo II - Obrigações contratuais .....</b>	<b>5</b>
<b>Secção I - Obrigações do(s) cocontratante(s) .....</b>	<b>5</b>
<b>Cláusula 6.ª Obrigações principais.....</b>	<b>5</b>
<b>Cláusula 7.ª Local da entrega dos bens .....</b>	<b>6</b>
<b>Cláusula 8.ª Inspeção e testes .....</b>	<b>6</b>
<b>Cláusula 9.ª Inoperacionalidade ou não conformidade dos bens.....</b>	<b>7</b>
<b>Cláusula 10.ª Aceitação dos bens.....</b>	<b>7</b>
<b>Cláusula 12.ª Garantia técnica .....</b>	<b>8</b>
<b>Cláusula 13.ª Garantia de continuidade de fabrico .....</b>	<b>8</b>
<b>Cláusula 14.ª Patentes, Licenças e Marcas registadas.....</b>	<b>8</b>
<b>Cláusula 15.ª Dever de sigilo .....</b>	<b>8</b>
<b>Cláusula 16.ª Atualizações jurídico-comerciais.....</b>	<b>9</b>
<b>Cláusula 17.ª Responsabilidade do cocontratante.....</b>	<b>9</b>
<b>Secção II - Obrigações do contraente público.....</b>	<b>9</b>
<b>Cláusula 18.ª Preço contratual .....</b>	<b>9</b>
<b>Cláusula 19.ª Fatura e condições de pagamento .....</b>	<b>9</b>
<b>Cláusula 20.ª Gestor do Contrato.....</b>	<b>10</b>
<b>Capítulo III - Sanções contratuais e resolução .....</b>	<b>10</b>
<b>Cláusula 21.ª Sanções contratuais .....</b>	<b>10</b>
<b>Cláusula 22.ª Força maior .....</b>	<b>11</b>



---

Cláusula 23. <sup>a</sup> Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante .....	11
Cláusula 24. <sup>a</sup> Resolução por parte do contraente público .....	12
Cláusula 25. <sup>a</sup> Resolução por parte do(s) cocontratante(s) .....	12
Capítulo IV - Disposições Finais .....	13
Cláusula 26. <sup>a</sup> Subcontratação e cessão da posição contratual .....	13
Cláusula 27. <sup>a</sup> Caução /Retenção de pagamentos .....	13
Cláusula 28. <sup>a</sup> Comunicações e notificações .....	13
Cláusula 29. <sup>a</sup> Contagem dos prazos .....	13
Cláusula 30. <sup>a</sup> Proteção de dados pessoais .....	13
Cláusula 31. <sup>a</sup> Foro competente .....	14
Cláusula 32. <sup>a</sup> Legislação aplicável.....	14
PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS .....	15
Cláusula 33. <sup>a</sup> Características técnicas .....	15
Cláusula 34. <sup>a</sup> Especificações técnicas gerais.....	15
Cláusula 35. <sup>a</sup> Especificações técnicas dos contentores de 120 e 240 litros (lote1 e 2).....	15
Cláusula 36. <sup>a</sup> Especificações técnicas dos contentores de 1100 litros (lote 3).....	16
Cláusula 37. <sup>a</sup> Outras especificações .....	16
ANEXO I Código de Conduta do Fornecedor do Município de Lisboa .....	19



## PARTE I - CLÁUSULAS GERAIS

### Capítulo I – Disposições Gerais

#### Cláusula 1.<sup>a</sup>

##### Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no(s) contrato(s) a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual de Concurso Público que tem por objeto a **“Aquisição, por lotes, de contentores para deposição de resíduos urbanos”**, melhor especificado nas cláusulas técnicas deste Caderno de Encargos, sendo a seguinte a constituição dos lotes:

Lote 1 – Aquisição de contentores para deposição de resíduos urbanos com capacidade nominal de 120 litros.

Lote 2 - Aquisição de contentores para deposição de resíduos urbanos com capacidade nominal de 240 litros.

Lote 3 - Aquisição de contentores para deposição de resíduos urbanos com capacidade nominal de 1100 litros.

#### Cláusula 2.<sup>a</sup>

##### Preço base

1. O preço base do presente procedimento é de 180. 500 € (cento e oitenta mil e quinhentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2. Os lotes e respetivos preços base, que não incluem o valor do IVA, são os seguintes:

a) Lote 1: Contentores com capacidade nominal de 120 litros e/ou respetivos componentes e/ou acessórios, com o preço base de **46.000,00 €** (quarenta e seis mil euros), e, para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), valor unitário máximo de **40,00 €** (quarenta euros).

b) Lote 2: Contentores com capacidade nominal de 240 litros e/ou respetivos componentes e/ou acessórios, com o preço base de **88.000,00 €** (oitenta e oito mil euros), e, para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 42.º do CCP, valor unitário máximo de **55,00 €** (cinquenta e cinco euros).

c) Lote 3: Contentores com capacidade nominal de 1100 litros e/ou respetivos componentes e/ou acessórios, com o preço base de **46.500,00 €** (quarenta e seis mil e quinhentos euros), e, para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 42.º do CCP valor unitário máximo de **310,00€** (trezentos e dez euros).

3. O preço contratual é fixo, correspondendo ao preço base, não estando submetido à concorrência

#### Cláusula 3.<sup>a</sup>

##### Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

a) Os termos do suprimento dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;

c) O presente caderno de encargos;

d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a(s) proposta(s) adjudicada(s) prestados pelo(s) adjudicatário(s).

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.



4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 da presente cláusula e o clausulado do(s) contrato(s) e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º e aceites pelo(s) adjudicatário(s) nos termos do disposto no artigo 101.º, todos do CCP.

#### **Cláusula 4.ª** **Relação contratual**

1. A relação contratual decorrente do ato de adjudicação e do contrato é constituída pelas seguintes entidades:

- a) O contraente público: Município de Lisboa;
- b) O cocontratante: a quem é adjudicada e contratada a aquisição de bens.

2. Sempre que se faça referência a decisões ou procedimentos do contraente público, entender-se-á que estas são tomadas pelos dirigentes desta com competência para o efeito.

#### **Cláusula 5.ª** **Vigência do contrato**

O(s) contrato(s) iniciará (ão) os seus efeitos no dia seguinte à data da sua outorga, data esta que será a data da última assinatura digital qualificada aposta no documento e será (ão) vigente (s) até 31 de dezembro de 2024, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato

### **Capítulo II - Obrigações contratuais** **Secção I - Obrigações do(s) cocontratante(s)**

#### **Cláusula 6.ª** **Obrigações principais**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos e proposta, da celebração do contrato decorrem para o(s) cocontratante(s) as seguintes obrigações principais:

- a) Proceder à entrega dos equipamentos objeto do(s) contrato(s), no período contratado, no prazo máximo de 30 dias, após requisição pelo contraente público;
- b) Garantir a conformidade e funcionalidade dos bens;
- c) Manter a continuidade de fabrico;
- d) Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e prejuízos causados ao contraente público e a terceiros, que resultem das suas atividades exercidas no âmbito do contrato;
- e) Manter inalteradas as condições de aquisição de bens, salvo nos casos previstos no presente caderno de encargos;
- f) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que a aquisição de bens é efetuada e ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
- g) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes com relevância para a aquisição, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- h) Prestar toda a informação a que esteja obrigado no âmbito do presente caderno de encargos, bem como toda a informação adicional respeitante aos bens em causa que lhe seja solicitada pelo contraente público, através do gestor do contrato, de acordo com o consubstanciado no artigo 290.º-A do CCP.



- i) Garantir o cumprimento do disposto no Código de Conduta do Fornecedor do Município de Lisboa, nos termos do Anexo IV ao presente caderno de encargos.
2. A falta de cumprimento do disposto nos números anteriores torna o cocontratante responsável por todas as consequências que daí advenham.

### **Cláusula 7.<sup>a</sup>**

#### **Local da entrega dos bens**

1. Os bens serão entregues num dos armazéns da Direção Municipal de Higiene Urbana da Câmara Municipal de Lisboa, em Lisboa, que será indicado à data da entrega, a contar da respetiva encomenda, entrega que será previamente combinada com a Direção Municipal de Higiene Urbana | Departamento de Higiene Urbana, através do telefone n.º 21 817 29 60.
2. Os equipamentos objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua utilização, quando for caso disso.
3. As entregas dos contentores, dos componentes ou dos acessórios, serão faseadas, de acordo com as necessidades do contraente público e deverão ser efetuadas em função das respetivas encomendas.
4. A entrega será sempre acompanhada de guia de remessa, devidamente numerada, da qual constará designadamente:
  - a) Data de entrega;
  - b) Identificação do cocontratante;
  - c) Identificação do contraente público;
  - d) Identificação do concurso ao abrigo do qual é feita a aquisição;
  - e) Identificação dos bens entregues e respetivas quantidades.
5. A cópia da guia de remessa, assinada e carimbada pelo contraente público, ficará na posse do(s) cocontratante(s), constituindo prova bastante da entrega do material, após boa conferência por parte do referido contraente público.
6. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do(s) contrato(s) e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do(s) cocontratante(s).
7. O cocontratante obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos (em língua portuguesa) que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
8. Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o contraente público, bem como o risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor, salvo se o contraente público proceder a inspeção e testes, nos termos da cláusula 11.<sup>a</sup>, aplicando-se, nesse caso, o n.º 2 da cláusula 8.<sup>a</sup>.
9. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor.

### **Cláusula 8.<sup>a</sup>**

#### **Inspeção e testes**

1. Efetuada a entrega dos equipamentos objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, poderá proceder, no prazo de 30 (trinta) dias, a inspeção qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, prospectivamente, se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no presente caderno de encargos e na(s) proposta(s) adjudicada(s), bem como outros



requisitos exigidos por lei.

2. A inspeção qualitativa a que se refere o número anterior incide sobre uma amostra, retirada por amostragem do conjunto dos bens entregues, sendo efetuada através dos testes que serão realizados por empresa certificada.
3. Durante a fase de realização de testes, o cocontratante deve prestar ao contraente público toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar, durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
4. Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do(s) cocontratante(s).

#### **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

##### **Inoperacionalidade ou não conformidade dos bens**

1. No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, o contraente público deve informar de tal facto, por escrito, o cocontratante.
2. No caso previsto no número anterior, o cocontratante deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo contraente público, às substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das substituições necessárias pelo cocontratante, no prazo respetivo, o contraente público procede a realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

#### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

##### **Aceitação dos bens**

1. Caso não se realizem os testes previstos na cláusula 9.<sup>a</sup> ou se esses testes comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do final dos testes, ou da entrega dos bens se não forem realizados testes, um auto de receção, assinado pelos representantes do cocontratante e do contraente público.
2. Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o cocontratante.
3. A assinatura do auto a que se refere o n.º 1 da presente cláusula não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente caderno de encargos que venham a ser detetados posteriormente nem as obrigações gerais de garantia que impendem sobre o fornecedor.

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

##### **Conformidade, operacionalidade e garantia**

1. O cocontratante garante a conformidade e operacionalidade dos bens entregues objeto do presente Caderno de Encargos.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.



3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos às vendas de bens de consumo e das garantias a elas relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
4. O cocontratante é responsável perante o contraente público, por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que, os bens lhe são entregues.
5. O cocontratante fica sujeito, com as devidas adaptações, e no que se refere aos elementos entregues ao contraente público, em execução do contrato, às exigências legais, obrigações e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do CCP e demais legislação aplicável.

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup>** **Garantia técnica**

1. O cocontratante indicará os prazos de garantia dos equipamentos, os quais não poderão, no entanto, ser inferiores a 3 (três) anos.
2. O prazo de garantia iniciar-se-á após a elaboração dos autos de receção dos referidos equipamentos.

#### **Cláusula 13.<sup>a</sup>** **Garantia de continuidade de fabrico**

O cocontratante deve assegurar a continuidade do fabrico de todas as peças, componentes e equipamentos que integram os bens objeto do contrato pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar da respetiva entrega.

#### **Cláusula 14.<sup>a</sup>** **Patentes, Licenças e Marcas registadas**

1. São da responsabilidade do cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização, na execução do contrato, de marcas, patentes ou licenças registadas.
2. Caso o contraente público venha a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o cocontratante deve indemnizá-lo de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

#### **Cláusula 15.<sup>a</sup>** **Dever de sigilo**

1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 3 (três) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou de outras entidades administrativas competentes.





**Cláusula 16.<sup>a</sup>**  
**Atualizações jurídico-comerciais**

1. O cocontratante deve comunicar ao contraente público qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente:
  - a) Os poderes de representação dos seus mandatários no contrato;
  - b) A sua denominação e sede social;
  - c) A sua situação jurídica;
  - d) A sua situação comercial.
2. O cocontratante obriga-se durante a vigência do contrato a manter regularizadas as obrigações fiscais para com o Estado Português e as obrigações contributivas no âmbito do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social Português, ou do Estado de que seja nacional ou onde se encontre estabelecido.

**Cláusula 17.<sup>a</sup>**  
**Responsabilidade do cocontratante**

1. O cocontratante é responsável, a título criminal e civil, objetiva ou subjetivamente, ou outra, por todos os prejuízos e danos, patrimoniais e não patrimoniais, causados ao contraente público ou a terceiros que, por qualquer motivo, resultem da sua atividade, atuação dos seus trabalhadores ou deficiente aquisição dos bens objeto do contrato.
2. O cocontratante é responsável pela contratualização dos seguros legalmente exigíveis, incluindo os referentes à responsabilidade civil.

**Secção II - Obrigações do contraente público**

**Cláusula 18.<sup>a</sup>**  
**Preço contratual**

1. Pela aquisição dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o contraente público deve pagar ao cocontratante os preços constantes da(s) proposta (s) adjudicada (s), em função das quantidades adquiridas, até atingir o preço base definido no presente caderno de encargos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do(s) contrato(s) para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. Não há lugar a revisão de preços durante a vigência do contrato.

**Cláusula 19.<sup>a</sup>**  
**Fatura e condições de pagamento**

1. O Município de Lisboa aderiu ao Portal da FE-AP para receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração, I.P., pelo que as faturas deverão ser enviadas ao Serviço Municipal e com referência à morada e campos indicados nos números 3 e 4 da presente cláusula, através desta solução.

Assim, para iniciar o processo de adesão à solução FEAP, deverão ser efetuados os seguintes procedimentos:

- a) Consulta à informação sobre a fatura eletrónica em:



<https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab5>

b) Consulta à informação específica do processo de adesão dos fornecedores em:

<https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab1>

c) Preenchimento do formulário de adesão em: [https://pt.surveymonkey.com/r/FEAP\\_CIOUS](https://pt.surveymonkey.com/r/FEAP_CIOUS)

2. Caso não seja possível a utilização da solução do número anterior, a(s) fatura (s) devem ser enviadas temporariamente para o endereço de correio eletrónico [dmf.dc@cm-lisboa.pt](mailto:dmf.dc@cm-lisboa.pt), devendo os serviços municipais confirmar a sua receção e respetiva validação, pelos mesmos meios, considerando que a emissão das faturas deverá ser efetuada em sistemas informáticos creditados pela Autoridade Tributária e/ou satisfaçam as regras da faturação eletrónica.

3. Caso não seja possível a alternativa indicada nos pontos 1 ou 2, as faturas deverão ser emitidas em nome da Câmara Municipal de Lisboa, Direção Municipal de Finanças, Departamento de Contabilidade e temporariamente remetidas para Edifício Central do Município - Campo Grande n.º 25 - 8º Piso, Bloco A, 1749 - 099 Lisboa.

4. Independentemente da forma de envio, as faturas deverão conter obrigatoriamente o **NIF nº 500051070** e o **“Número de Compromisso”**, indicado no texto do contrato ou na comunicação da adjudicação, sob pena de devolução das mesmas.

5. O prazo para pagamento das faturas é de trinta dias, a contar da data da receção das mesmas nos serviços do contraente público

6. Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida ou de nota de crédito/débito, consoante o caso.

7. Desde que emitidas nos termos dos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária.

#### **Cláusula 20.<sup>a</sup>** **Gestor do Contrato**

1. De acordo com o consubstanciado no n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP, o contraente público designará um ou mais Gestores do Contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.

2. Caso o contraente público designe mais do que um gestor do contrato, deve definir de forma clara as funções e responsabilidades de cada um.

3. Em casos excecionais devidamente fundamentados, o contraente público poderá contratualizar a gestão do contrato com um terceiro.

4. Antes do início de funções, o Gestor do contrato subscreve a declaração de inexistência de conflito de interesses, conforme modelo previsto no anexo XIII ao CCP.

### **Capítulo III - Sanções contratuais e resolução**

#### **Cláusula 21.<sup>a</sup>** **Sanções contratuais**

1. Pelo incumprimento das obrigações decorrentes do contrato, o contraente público pode exigir ao cocontratante o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

$$\text{Sanção} = M \times P \times N \times D$$



Em que:

**M** = Permilagem da multa (5/1000);

**P** = Preço unitário;

**N** = número de unidades em atraso;

**D** = número de dias de atraso.

2. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula só serão aplicadas após audiência do cocontratante e não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente, nomeadamente nos casos de não continuidade de fabrico ou do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integram os equipamentos objeto do contrato.
3. Todas as sanções pecuniárias aplicadas ao cocontratante serão descontadas no pagamento da fatura que se siga à decisão de aplicação da sanção pelo contraente público.

#### **Cláusula 22.<sup>a</sup>**

##### **Força maior**

1. Não podem ser impostas sanções, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual de prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou grupo de sociedades em que se integre, bem como as sociedades ou grupo de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Cláusula 23.<sup>a</sup>**

##### **Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante**

1. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o cocontratante deverá, caso o contraente assim o entenda, ceder a sua posição



contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial daquele procedimento.

2. Para o efeito previsto na parte final do número anterior, o contraente público interpelará, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré-contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão dos trabalhos.

3. A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.

4. A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato do contraente público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.

5. Os direitos e obrigações do cocontratante, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.

6. As obrigações assumidas pelo cocontratante, depois da notificação referida no n.º 4, apenas vinculam a entidade cessionária quando este assim o declare, após a cessão.

7. A caução e as garantias prestadas pelo cocontratante inicial são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas seis meses após a data da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pelo contraente público aos respetivos depositários ou emitentes.

8. A posição contratual do cocontratante nos subcontratos por si celebrados transmite-se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta.

#### **Cláusula 24.ª**

##### **Resolução por parte do contraente público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o cocontratante violar grave ou reiteradamente qualquer das obrigações que lhe incumbem, sejam obrigações contratuais, obrigações emergentes da lei, ou de atos administrativos de conformação da relação contratual, designadamente nos seguintes casos:

- a) Atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato superior a 30 (trinta) dias ou;
- b) Declaração escrita do(s) cocontratante(s) de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao cocontratante via postal, por meio de carta registada com aviso de receção, ou por via de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados com comprovativo de entrega.

3. A resolução do contrato não prejudica o direito à indemnização que caiba ao contraente público, nos termos gerais de direito e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público.

#### **Cláusula 25.ª**

##### **Resolução por parte do(s) cocontratante(s)**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o cocontratante pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido, esteja em dívida há mais de 6 (seis) meses, ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2. Nos casos previstos no número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, a qual produz efeitos 30 (trinta) dias após a sua receção, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.



3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores, não determina a repetição das prestações já realizadas pelo cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º, do Código dos Contratos Públicos.
4. Salvo os casos previstos no n.º 1 da presente cláusula o direito de resolução é exercido por via judicial.

## **Capítulo IV - Disposições Finais**

### **Cláusula 26.ª**

#### **Subcontratação e cessão da posição contratual**

A possibilidade de cessão da posição contratual e subcontratação segue o regime previsto nos artigos 316.º e seguintes do CCP, depende sempre de autorização expressa do contraente público, permanecendo o cocontratante, no caso da subcontratação, integralmente responsável perante o contraente público pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais.

### **Cláusula 27.ª**

#### **Caução /Retenção de pagamentos**

Não será exigível caução, em virtude de o valor contratual ser inferior a 500.000,00 €, nem será efetuada qualquer retenção de pagamentos.

### **Cláusula 28.ª**

#### **Comunicações e notificações**

1. As notificações e comunicações entre as partes do contrato, devem ser dirigidas, nos termos dos artigos 467.º e 468.º do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede de cada uma, identificados no contrato, por uma das seguintes vias:
  - a) Por correio eletrónico;
  - b) Por carta registada com aviso de receção.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, por escrito, só sendo válida para os efeitos consagrados no contrato a partir do 5.º dia útil seguinte ao da sua receção.
3. As partes devem identificar no contrato as informações de contacto dos respetivos representantes, designadamente o endereço eletrónico e o endereço postal.

### **Cláusula 29.ª**

#### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato contam-se de acordo com as seguintes regras:

- a) A contagem dos prazos inicia-se no dia seguinte à ocorrência do evento a partir do qual deve ser contado.
- b) Os prazos são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e dias feriados.
- c) Quando o último dia de um prazo for um sábado, domingo, feriado ou dia em que os serviços do contraente público, por qualquer causa, se encontrem encerrados, passa para o primeiro dia útil subsequente.

### **Cláusula 30.ª**



### **Proteção de dados pessoais**

1. A execução do contrato resultante da presente aquisição de bens não envolve, em princípio, o tratamento de quaisquer dados pessoais.
2. Caso na execução do contrato exista alguma exceção ao previsto no número anterior, o Contraente Público e o Cocontratante assumem o compromisso de, em cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) e demais legislação aplicável, celebrar um Acordo de Tratamento de Dados, que constituirá uma adenda ao contrato a celebrar ao abrigo desta aquisição, destinado à definição das respetivas responsabilidades pelo tratamento dos dados de natureza pessoal que tenham de ser recolhidos e tratados.
3. Caso seja celebrado contrato escrito, os dados pessoais contidos no mesmo são considerados necessários para a formalização e execução do mesmo e, ainda, se necessário, para o cumprimento de outras obrigações legais, sendo aqueles de conservação permanente, em conformidade com o estipulado no artigo 5.º, n.º 1, alíneas b) e e) e no artigo 89.º, ambos do RGPD, e no artigo 21.º, n.º 2, da Lei n.º 58/2019, de 08/08.
4. O Contraente Público poderá transmitir os dados pessoais a que se refere o presente artigo aos seus colaboradores, prestadores de serviços e subcontratantes para o cumprimento das finalidades acima referidas e, bem assim, a autoridades judiciais, fiscais, regulatórias ou outras para o cumprimento de imposições legais ou regulamentares.
5. Os titulares têm os seguintes direitos sobre os dados pessoais que lhes digam respeito:
  - a) A exercer perante o Município de Lisboa: direito de informação; direito de acesso; direito de retificação dos dados inexatos; direito ao apagamento; direito à limitação do tratamento; direito de portabilidade dos dados; direito de oposição ao tratamento; direito a não ficar sujeito a decisões exclusivamente automatizadas, incluindo a definição de perfis; nas situações de consentimento, direito de retirar consentimento em qualquer altura, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado;
  - b) A exercer perante o Encarregado de Proteção de Dados (através do email [dpo@cm-lisboa.pt](mailto:dpo@cm-lisboa.pt) ou por carta para Campo Grande, 25, Bloco E, 2º Piso, 1749-099 Lisboa): direito de apresentar exposições;
  - c) A exercer perante a autoridade de controlo (nomeadamente, Comissão Nacional de Proteção de Dados): direito de apresentar reclamação;
  - d) A exercer perante as instâncias jurisdicionais competentes: direito a ação judicial e a indemnização no caso de violação dos seus direitos.
6. Na publicitação do contrato, devida em cumprimento do Código dos Contratos Públicos, o Contraente Público procederá previamente ao expurgo dos dados pessoais dos intervenientes que não sejam necessários para assegurar esta finalidade.

### **Cláusula 31.ª** **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

### **Cláusula 32.ª** **Legislação aplicável**

Em tudo o que não se encontre especialmente regulado no presente caderno de encargos, aplicar-se-á o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, e demais legislação complementar.



## PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

### Cláusula 33.<sup>a</sup>

#### Características técnicas

O cocontratante obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos.

### Cláusula 34.<sup>a</sup>

#### Especificações técnicas gerais

Os contentores, respetivos componentes e acessórios, devem respeitar as seguintes especificações:

- a) Devem respeitar a Norma EN 840 (ou equivalente).
- b) Devem possuir certificação segundo RAL GZ 951/1 (ou equivalente).
- c) No geral, as características dos materiais utilizados e o modo de montagem do equipamento devem obedecer a toda a legislação aplicável, às normas portuguesas oficiais (NP) e às normas oficiais europeias de segurança (EN) e o cocontratante deve possuir certificação EN ISO-9001 (ou equivalente) para as fábricas onde se desenvolvam as diferentes fases de fabrico dos contentores.
- d) Os contentores devem ser fornecidos com a marca obrigatória segundo a Diretiva do Parlamento Europeu e Conselho 2000/14/CE relativa às emissões sonoras no ambiente. Esta marca deve situar-se em local visível no contentor e realizada de forma inalterável.
- e) O sistema de abertura e fecho da tampa deve estar provido de equipamento de insonorização com um nível máximo de ruído de 85 dB.
- f) Os contentores devem ser 100% recicláveis.
- g) O corpo de todos contentores deve ter a cor verde, RAL 6009.
- h) O corpo do contentor deve dispor de uma aba que acompanhe a tampa, pelo seu interior, para evitar a entrada de água. Os eixos de abertura das tampas devem ser suficientemente resistentes, assim como os seus encaixes, de forma a evitar fraturas ou danos ocasionais. A operação de substituição das tampas deve poder ser executada sem implicar danos nas mesmas nem no corpo do contentor.
- i) Os contentores e as tampas devem ser em polietileno de alta densidade, injetado, com grande resistência ao choque, a intempéries, poluição causada por negro de fumo, detergentes de lavagem, fungos, bactérias, raios U.V. entre outros.
- j) No corpo de cada contentor, no seu lado direito, deve ser gravado, a branco, o seu número individual, cuja série será indicada pelo Departamento de Higiene Urbana.
- k) Para permitir a gestão informática dos contentores por parte do Município, devem os mesmos possuir alojamento próprio para a instalação de chip eletrónico.
- l) Todos os equipamentos deverão ser entregues com dispositivo RFID/chip já instalado, a fornecer pela Câmara Municipal de Lisboa.

### Cláusula 35.<sup>a</sup>

#### Especificações técnicas dos contentores de 120 e 240 litros (lote1 e 2)

Os contentores de 120l e 240 litros, respetivos componentes e acessórios, devem obedecer às seguintes características:

- 1. Os contentores devem ser fabricados com pelo menos 8 pontos de injeção.
- 2. As tampas devem ser fornecidas nas seguintes cores:
  - a) resíduos indiferenciados – cinzento, RAL 7012



- b) resíduos de embalagem plástico/metal – amarelo, RAL 1021
  - c) papel/cartão – azul, RAL 5005
  - d) resíduos de embalagens de vidro – verde, RAL 6024
  - e) resíduos alimentares – castanho, RAL 8007.
3. A tampa deve ser fixa ao corpo do contentor com quatro pontos de fixação.
  4. As rodas devem possuir bandas em borracha, no contacto com o solo. Têm de estar providas de um orifício para fácil desmontagem, executado diretamente no molde das rodas, localizado na parte interior das jantes das rodas. Não serão aceites rodas em que os orifícios sejam realizados por equipamentos externos de perfuração. Os eixos das rodas devem ser fabricados em varão de aço maciço e possuir tratamento anticorrosão, caso sejam fabricados em material oxidável.
  5. Os contentores devem ser fornecidos com um autocolante colado na tampa, com dimensões de 20x20 cm, indicadas a título exemplificativo na cláusula 37.<sup>a</sup> (figura 4).

#### **Cláusula 36.<sup>a</sup>**

##### **Especificações técnicas dos contentores de 1100 litros (lote 3)**

Os contentores de 1100l, respetivos componentes e acessórios, devem obedecer às seguintes características:

1. As tampas dos contentores devem ser fornecidas na cor verde, RAL 6009.
2. Os contentores devem ter tampa curva e permitir o seu basculamento por elevadores de sistema DIN e por pente. Os eixos de abertura das tampas devem ser suficientemente resistentes, assim como os seus encaixes e respetivas peças móveis, de forma a evitar fraturas ou danos ocasionais.
3. O sistema de travamento das rodas deve permitir o travamento individualizado de duas rodas, não devendo ser centralizado, nem ser atuado por chave.
4. As tampas dos contentores devem estar providas de duas sobretampas móveis com pega. As tampas devem acompanhar toda a largura do interior do contentor e devem permitir uma abertura máxima de 350 mm. A sobretampa será montada na parte frontal da tampa e deve estar provida de um perfil, em material macio, que anule a possibilidade de risco por impacto. Os contentores não devem estar providos de pedal, nem necessitam de estar providos com mecanismo automático, que permita manter a tampa aberta e previna o seu fecho acidental.
5. As sobretampas dos contentores devem ser fabricadas nas seguintes cores:
  - f) resíduos indiferenciados – cinzento, RAL 7012
  - g) resíduos de embalagem plástico/metal – amarelo, RAL 1021
  - h) papel/cartão – azul, RAL 5005
6. Os contentores não devem ter instalado qualquer bloqueio de direção.
7. Os contentores não devem estar equipados com fechadura.
8. As rodas devem ter um diâmetro nominal de 200 mm e possuir bandas em borracha, no contacto com o solo. As peças metálicas das rodas devem possuir tratamento anti-corrosão caso sejam fabricadas em material oxidável.
9. Deverão ser fornecidos dois autocolantes para colagem na parte frontal, conforme indicado a título exemplificativo na cláusula 37.<sup>a</sup> (figura 4).

#### **Cláusula 37.<sup>a</sup>**

##### **Outras especificações**

1. Todos os contentores dos lotes 1, 2 e 3 devem considerar:



- a) O brasão da cidade de Lisboa gravado em prateado na parte frontal dos contentores por sistema de termoimpressão e com a dimensão aproximada de 18 x 18 cm, com o desenho representado na figura 1, cuja arte final será fornecida após a adjudicação:



Figura 1 – Brasão da cidade de Lisboa

- b) O(s) cocontratante(s) obriga(m)-se a fornecer, por cada contentor, 2 (duas) etiquetas autocolantes, para identificação do contentor, impresso a duas cores em papel vinil branco brilhante de alta resistência, conforme reproduzido abaixo, onde todos os elementos deverão ser representados a preto sobre fundo branco. Estas etiquetas devem ser dotadas de sobrecapa autocolante transparente, para proteção da zona destinada a inscrição manual. As artes finais serão fornecidas após a adjudicação.



Figura 2 – Autocolante de morada

- c) Deverá ser fornecido, por cada contentor, 2 (duas) faixas autocolantes identificadoras do tipo de resíduo, no formato de 8 x 80 cm, impressas a uma cor em papel vinil branco mate de alta resistência, conforme reproduzido abaixo, a título exemplificativo. Destinam-se a ser colocadas no corpo dos contentores, devendo apresentar características de resistência às diversas operações a que estes sejam submetidos.

Devem ainda ser de difícil remoção após a sua colocação no contentor. As artes finais serão entregues após a adjudicação.



Figura 3 – Faixa identificadora do tipo de resíduo

d) Os autocolantes sensibilizadores da população quanto ao tipo de resíduos a depositar, são destinados às tampas (ou partes frontais) dos contentores, deverão ter as dimensões de 20x20 cm e impressão conforme indicado, a título exemplificativo na figura 4. As artes finais serão comunicadas após a adjudicação.



Figura 4 – Autocolante identificador do tipo de resíduo



## ANEXO I

### Código de Conduta do Fornecedor do Município de Lisboa

1. Introdução
  - 1.1 Enquadramento
  - 1.2 Finalidade
  - 1.3 Aplicação
  - 1.4 A nossa Expetativa
  - 1.5 Conformidade Legal
  - 1.6 Melhoria Contínua
  - 1.7 Participação, Colaboração para a Inovação e Sustentabilidade
2. Requisitos Fundamentais
  - 2.1 Corresponsabilidade Ambiental e Climática
  - 2.2 Direitos Humanos e Trabalho Digno
  - 2.3 Políticas positivas de Recursos Humanos
  - 2.4 Integridade, Ética e Práticas Anticorrupção
3. Monitorização, Avaliação e Reporte de Violações

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 Enquadramento

O Município de Lisboa (ML) está comprometido com o desenvolvimento sustentável<sup>1</sup> para que a satisfação das necessidades do presente não comprometa a satisfação das necessidades das gerações futuras.

Este é um desígnio para o qual a compra pública pode ser um instrumento valioso, quando alinhada com os compromissos assumidos para a sustentabilidade (ambiental, social e económica), a ação climática, a neutralidade carbónica, e ainda com os dispositivos legais, recomendações e diretivas europeias e, normas internacionais, ajudando inclusive a cimentar o nosso compromisso com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e as convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O ML reconhece que a sua ação ao serviço do munícipe tem impactes significativos sobre a economia, o ambiente e a sociedade, alguns dos quais dependem diretamente da forma como desenvolve a sua atividade e outros dependem da forma como os seus parceiros, fornecedores e subcontratados desenvolvem a sua atividade.

Face ao exposto e assumindo que a colaboração, a entreajuda e a partilha de responsabilidades com o Fornecedor é fundamental para o alcance do acima mencionado, o ML define o presente Código de Conduta do Fornecedor do Município de Lisboa, que reflete os valores, práticas internas e objetivos do ML, bem como as expetativas das nossas partes interessadas, como sejam trabalhadores, munícipes, parceiros, cidadãos, reguladores e a sociedade como um todo, com o

---

<sup>1</sup> Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



intuito de ampliar o impacto para o desenvolvimento sustentável e alcance das metas da neutralidade carbónica.

O Código é ainda uma extensão da Estratégia para a Transparência e Prevenção da Corrupção, do Código de Ética e Conduta e da Política de Compras Sustentáveis do ML.

## 1.2 Finalidade

O Código de Conduta de Fornecedores (Código) descreve as nossas expetativas e define os Requisitos Fundamentais mínimos que o ML pede aos seus fornecedores para serem respeitados e cumpridos no exercício das suas relações comercial ou de parceria (Contrato).

Um Contrato com o ML, neste âmbito, integra nas suas disposições a referência ao Código e ao compromisso a assumir perante o mesmo.

## 1.3 Aplicação

O Código de Conduta de Fornecedores aplica-se a todos os parceiros, fornecedores e subcontratados do ML, adiante designados para efeitos deste Código, como Fornecedor.

Entende-se por parceiros as entidades que colaborem com o ML em projetos e iniciativas conjuntas em que exista da parte do ML, um processo de apoio material ou financeiro.

A aceitação do Código é um requisito para o Contrato com o ML. Através deste o Fornecedor afirma o seu compromisso de que todo o seu funcionamento está sujeito às disposições presentes neste Código, cujo estabelecido é entendido como um averbamento e não uma substituição das disposições legais, em vigor.

## 1.4 A nossa expetativa

A expetativa do ML é de que o Fornecedor apoie o nosso compromisso de fazer não apenas aquilo que é favorável ao negócio do ponto de vista financeiro, mas também aquilo que é favorável para as comunidades em que vivemos e trabalhamos, para o planeta e para as gerações futuras.

Esperamos que todo o Fornecedor esteja ciente deste compromisso e que abrace o cumprimento do Código, cabendo-lhe a ele disseminar, ensinar e aplicar as políticas e medidas necessárias para o seu cumprimento na sua própria organização e nas suas cadeias de abastecimento. Cabe ainda ao Fornecedor diligenciar a verificação prática da conformidade a este Código aos seus trabalhadores, agentes e cadeias de suprimento.

É igualmente expetativa do ML poder em conjunto com o Fornecedor contribuir para o incremento e melhoria de processos associados à sustentabilidade, incluindo a circularidade e inovação.

## 1.5 Conformidade Legal

O ML conta com o Fornecedor para o estabelecimento de procedimentos e mecanismos que garantam a identificação dos requisitos legais aplicáveis à sua atividade em todas as jurisdições em



que operem, para garantir a conformidade com todas as leis e regulamentos aplicáveis, bem como contratos e códigos. Ao operar ou comprar em diversos países, o fornecedor também deve cumprir as leis internacionais aplicáveis, de que são exemplo a lei da concorrência, comércio internacional ou proteção de dados.

### 1.6 Melhoria Contínua

O ML reconhece que o alcance do estabelecido neste Código é um processo exigente, dinâmico, em permanente construção e constitui um incentivo ao Fornecedor para melhorar continuamente o seu funcionamento e performance perante a sustentabilidade.

Na eventualidade da necessidade de apoio, o ML está disponível para dar o seu contributo para a identificação de metas e sistemas que assegurem que as práticas são permanentemente melhoradas ao longo da execução do Contrato.

### 1.7 Participação e Colaboração para a Inovação e Sustentabilidade

Sempre que aplicável e pertinente, no âmbito do Contrato celebrado, o Fornecedor deverá indicar um interlocutor para a sustentabilidade e inovação, podendo ser convidado a participar em projetos de inovação associados ao objeto da compra, em questão.

No âmbito da Compra Sustentável espera-se que o Fornecedor participe e colabore ativamente nos momentos de auscultação que o ML realiza para identificação de critérios e sustentabilidade, melhoria dos processos e gestão de risco, entre outros.

## 2. Requisitos Fundamentais

Para além do anteriormente mencionado, espera-se que o Fornecedor cumpra com os requisitos fundamentais apresentados neste Código, implementando as políticas, as medidas e ações necessárias que assegurem a sua implementação nas suas operações e, sempre que aplicável a verificação da observância nas operações das entidades parceiras ou subcontratadas, sempre que estiver em causa um fornecimento ao ML. Espera-se ainda que o compromisso com os requisitos fundamentais seja suportado por declarações escritas, códigos, políticas, contratos ou outras evidências, entre o Fornecedor e o ML.

Os Requisitos Fundamentais organizam-se em torno de 3 eixos: (1) Corresponsabilidade Ambiental e Climática; (2) Direitos Humanos e Trabalho Digno; (3) Integridade, Ética e Práticas Anticorrupção.

### 2.1 Corresponsabilidade Ambiental e Climática

#### Responsabilidade Ambiental

O Fornecedor deve sempre que aplicável e possível, alinhar a sua atividade produtiva e gestão organizacional com as metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e com os compromissos nacionais assumidos, em matéria de sustentabilidade, ação climática e neutralidade carbónica.



Deve ainda desenvolver procedimentos e mecanismos que permitam a identificação dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis à sua atividade em matéria de ambiente.

Este compromisso, implica que o Fornecedor desenvolva mecanismos que permitam garantir a conformidade legal nas entidades que operam ao nível das suas cadeias de abastecimento e, gerir as suas operações de forma ambientalmente responsável, o que envolve conhecer e atuar sobre os impactos gerados pelas suas atividades, a montante e a jusante.

### **Poluição e Redução de Emissões**

O Fornecedor deve adotar medidas razoáveis para minimizar as emissões de gases com efeito de estufa e de poluentes tóxicos e perigosos.

### **Recursos e Resíduos**

O Fornecedor deve promover uma gestão eficiente dos recursos e procurar a redução do consumo de energia elétrica, matérias-primas com elevado impacto no ambiente, água e combustíveis fósseis, e sempre que possível, através de utilização de fontes de energia renovável. Deve ainda envidar todos os esforços para a redução de resíduos libertados da sua atividade e incrementar, a circularidade, a reutilização e a reciclagem.

O Fornecedor deve ainda desenvolver e aplicar inovações para práticas ambientalmente responsáveis que reduzam ou minimizem os impactos ambientais adversos, ou que adotem políticas que procurem neutralizar a pegada ecológica, através da compensação das emissões de CO<sub>2</sub>.

## **2.2 Direitos Humanos e Trabalho Digno**

### **Dignidade Humana**

O Fornecedor deve tratar os seus trabalhadores e interlocutores com dignidade e respeito, não os sujeitando a condições degradantes.

### **Tratamento Justo e Equitativo, Assédio e Discriminação**

O Fornecedor deverá promover uma cultura e um ambiente de trabalho em que não sejam admitidas práticas de assédio (incluindo assédio sexual, ameaças de assédio ou retaliação por eventuais denúncias) e discriminação com base em características físicas, raça, religião, crenças, género, etnia, estado civil, maternidade, idade, afiliação política, nacionalidade, deficiência, saúde, orientação sexual ou qualquer outro fator. Não deve ser tolerada qualquer prática de abuso e intimidação, e deve ser assegurado o respeito pela privacidade dos trabalhadores. A relação laboral deve ocorrer numa relação de trabalho formalizada assente na legislação e práticas correntes em Portugal.

### **Idade Mínima de Admissão ao Emprego: Trabalho Infantil e Jovem**



O trabalho infantil é uma forma de exploração que viola um dos direitos humanos fundamentais. Espera-se que o Fornecedor opere de acordo com as convenções da OIT (Convenção de Idade Mínima n.º 138 e Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil n.º 182), que fornecem a estrutura para a lei nacional prescrever uma idade mínima para admissão em emprego ou trabalho que não deve ser inferior à idade de conclusão da escolaridade obrigatória e, em qualquer caso, não inferior a 15 anos. A idade mínima para trabalhos perigosos é maior, 18 anos para todos os países.

As leis de trabalho infantil restringem os tipos de trabalho, horas trabalhadas e equipamentos usados por menores de 18 anos. Espera-se que o Fornecedor cumpra essas leis e disponibilize um ambiente adequado para esses trabalhadores.

### **Trabalho Forçado e Tráfico de Seres Humanos**

Trabalho forçado, também designado como trabalho escravo, é o trabalho realizado involuntariamente e sob coação, geralmente por grupos relativamente grandes de pessoas. O trabalho forçado difere da escravidão porque envolve não a propriedade de uma pessoa por outra, mas apenas a exploração forçada do trabalho dessa pessoa. Espera-se que o Fornecedor desenvolva mecanismos para abolir o trabalho forçado nas suas operações, dos seus fornecedores e subcontratados e não sejam cúmplices de tais situações.

Espera-se que o Fornecedor não permita de forma alguma, no âmbito das suas operações e na dos seus fornecedores e subcontratados, a associação ao trabalho forçado e ao tráfico de pessoas e, que não seja cúmplice de tais situações.

### **Liberdade de associação e negociações coletiva**

O Fornecedor deve respeitar os direitos dos trabalhadores de tomar decisões informadas, livres de coerção, ameaça ou represália quanto ao seu desejo de ingressar ou não na empresa.

## **2.3 Políticas positivas de Recursos Humanos**

### **Ambiente e Condições de Trabalho e Desenvolvimento Pessoal e Profissional**

O Fornecedor deve cumprir as leis, regulamentos e normas aplicáveis às condições de trabalho para os seus trabalhadores, sublinhando-se a política de remunerações e benefícios, igualdade de género, horários de trabalho e observância dos períodos de descanso, saúde e segurança.

Acresce, ainda, uma especial atenção para a adoção de políticas amigas da família, encorajando a conciliação da maternidade com a vida de trabalho e, a compatibilização da vida profissional com a vida familiar e pessoal.



O Fornecedor deve, também, proporcionar condições que promovam o florescimento humano, a capacitação e aprendizagem ao longo da vida e o desenvolvimento profissional e pessoal das suas equipas.

Deve, igualmente, o Fornecedor estar aberto à adoção das novas formas de trabalho, que para além do melhor ajuste aos tempos atuais fomentam, ainda, uma melhor conciliação entre a vida profissional e familiar / pessoal.

### **Saúde e Segurança**

Além de satisfazer as exigências mínimas legais referentes às condições do trabalho dignas, o Fornecedor deve proporcionar um ambiente de trabalho seguro e saudável e tomar medidas e precauções necessárias para evitar acidentes e ferimentos.

## **2.4 INTEGRIDADE, ÉTICA E PRÁTICAS ANTICORRUPÇÃO**

### **Responsabilidade e Integridade nos Negócios**

Espera-se que o Fornecedor exerça a sua atividade com rigor, zelo, de forma dedicada e crítica, devendo assumir a responsabilidade pelos seus atos e decisões.

Espera-se ainda que o Fornecedor, nas relações com o ML ou com outras entidades, conduza os seus negócios e paute a sua atuação por princípios éticos e segundo critérios de honestidade e de integridade de caráter, respeito pelos demais, não adotando quaisquer atos que possam de modo algum promover a obtenção de benefícios pessoais, colocando em causa, no seio da relação, a integridade do ML.

### **Conflito de interesses**

O Fornecedor deve prestar todas as informações que lhe forem solicitadas e necessárias no âmbito do processo aquisitivo, por forma a evitar qualquer situação suscetível de originar, direta ou indiretamente, conflito de interesses.

### **Anticorrupção, Suborno, Ofertas e Crimes Financeiros**

O Fornecedor deve demonstrar o seu compromisso para com a prevenção da corrupção.

O Fornecedor deverá adotar práticas para a prevenção de todas as formas de suborno, apoiar os esforços anticorrupção e a lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo ou outros crimes financeiros.

Na sua relação com o ML abstêm-se de quaisquer práticas de suborno e de fazer ofertas, a qualquer título, de quaisquer benefícios, consumíveis ou duradouros.

### **Informação fidedigna**





O fornecedor compromete-se com a veracidade da informação prestada ao ML em todas as matérias: condições de trabalho, saúde e segurança, responsabilidade ambiental, anticorrupção, dados financeiros, condições comerciais e quaisquer outras informações, no âmbito do Contrato estabelecido.

#### Mecanismos de Reclamação

O fornecedor deve dispor de sistemas que permitam apresentar reclamações, comunicações e sugestões.

### 3. Monitorização, Avaliação e Reporte de Violações

Cabe ao Fornecedor auditar a sua própria organização ou a sua cadeia de abastecimento por forma a garantir o cumprimento do Código.

Em qualquer momento e previamente agendado, o ML poderá realizar visitas ou simplesmente solicitar evidências do cumprimento do Código, recomendando ou exigindo, no caso do não cumprimento, recomendações ou planos de ação corretiva.

No âmbito da execução do contrato o Fornecedor deverá estar disponível para responder às questões colocadas durante a execução do contrato e proceder a uma avaliação da inclusão da sustentabilidade, no seu final, retirando daí as aprendizagens quer para o Fornecedor quer para o ML.

Sempre que o Fornecedor estiver perante um possível comportamento questionável ou uma possível violação deste Código deverá recorrer à Linha de Apoio ao Fornecedor, para dar nota das suas preocupações e em conjunto, sempre que possível, definirem-se estratégias de resolução.

Violações inequívocas deste Código são tratadas dentro de um espírito de responsabilidade, compreensão e abertura à melhoria contínua. Devem ser reportadas aquando da sua identificação para o contacto de email da Linha de Apoio ao Fornecedor.

Aprovado em Reunião de Câmara, 14 de dezembro de 2022

Município de Lisboa